

RECURSO ORDINÁRIO TRABALHISTA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DESEMBARGADOR(A) PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
REGIÃO

PROCESSO Nº: _____

ORIGEM: ____ VARA DO TRABALHO DE _____

RECORRENTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

RECORRIDO: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

COLEDA TURMA,

O Recorrente, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, inconformado com a r.
sentença/decisão proferida pelo Juízo da ____ Vara do Trabalho de _____, vem,
tempestivamente, interpor o presente

RECURSO ORDINÁRIO

com fundamento no artigo 895, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pelas
razões que passa a expor:

I – BREVE SÍNTESE DOS FATOS

O Recorrente foi contratado pelo Recorrido em ____/____/____ e desligado em ____/____/____,
conforme documentos anexos.

Durante o contrato de trabalho, exerceu a função de _____ com
salário mensal de R\$ _____.

A sentença proferida pelo Juízo a quo julgou improcedentes/ parcialmente procedentes os pedidos
formulados na reclamação trabalhista, razão pela qual se insurge contra tal decisão.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

1. Da nulidade/ilegalidade da decisão recorrida:

2. Da violação literal de dispositivo de lei federal:

3. Da jurisprudência e súmulas aplicáveis:

4. Dos fatos e provas que demonstram o direito do Recorrente:

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se a Vossas Excelências:

a) O conhecimento e provimento do presente Recurso Ordinário para reformar a r. sentença/decisão recorrida, a fim de que sejam acolhidos os pedidos formulados na inicial da reclamação trabalhista, nos termos das razões acima expostas;

b) A condenação do Recorrido ao pagamento das verbas trabalhistas devidas, tais como:

- Saldo de salário;
- Aviso prévio;
- Férias proporcionais acrescidas do terço constitucional;
- 13º salário proporcional;
- FGTS com a multa de 40%;
- Horas extras e seus reflexos;
- Adicional noturno, insalubridade ou periculosidade, se for o caso;
- Indenização por danos morais, se cabível;
- Diferenças salariais e demais verbas decorrentes do contrato de trabalho;

c) A condenação do Recorrido ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, conforme o

artigo 791-A da CLT;

d) A concessão dos benefícios da justiça gratuita, caso preenchidos os requisitos;

e) A intimação do Ministério Público do Trabalho para que, querendo, manifeste-se sobre o presente recurso;

f) A juntada das provas documentais já constantes dos autos e, caso necessário, a produção de provas testemunhais, periciais e demais meios admitidos em direito.

IV – DAS PROVAS

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente prova documental, testemunhal e pericial.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, _____

Local

Assinatura do Recorrente ou Advogado(a)

Nome do Advogado(a)

OAB/UF nº _____

Fonte original deste documento:

<https://modelo-juris.com/recurso-ordinario-trabalhista/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-juris.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.